

A INSERÇÃO SUBORDINADA DO BRASIL NA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Maria Goreti Juvencio Sobrinho¹

Resumo

O presente artigo aborda a inserção internacional do Brasil a partir dos anos noventa, tendo como eixo analítico a legalidade da mundialização do capital, o caráter subordinado do capitalismo brasileiro e as opções, historicamente feitas, de suas frações burguesas.

Palavras-chave: Mundialização do capital. Capitalismo brasileiro. Subordinação. Superexploração da força de trabalho.

Transcorrido um pouco mais de meio século da inserção do capitalismo brasileiro na mundialização do capital, é oportuna uma reflexão sobre o que efetivamente mudou na realidade brasileira, sobretudo quando se tem em vista a atual ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, como as reformas trabalhista e previdenciária.

O presente texto discorre sobre alguns aspectos de dois fatores que, a nosso ver, são incontornáveis para a elucidação da inserção internacional do Brasil: a aceleração da mundialização do capital e as condições histórico-objetivas com as quais o país insere-se na globalização.

Ante a crise de superprodução - que encerra os chamados vinte e cinco anos gloriosos de expansão ininterrupta do capital - haviam se destravado, nos anos setenta, os óbices para as aventuras do capital financeiro. Todavia, a liberalização financeira fora insuficiente para a reprodução ampliada do capital superproduzido, que necessitava ampliar seus espaços de valorização. Dessa forma, conforme Chesnais, o capitalismo avançado, a favor do qual atuam os organismos internacionais (G-7, FMI, Banco Mundial, GATT/OMC), passou a exigir um conjunto de medidas que favorecessem a

¹ Doutora em ciências sociais, PUC/SP, e mestre em ciência política, UNICAMP.

liberalização e desregulamentação da economia dos demais países, não somente para a integração desses ao sistema financeiro internacional, mas - devido ao aprofundamento do estreitamento entre o setor financeiro e industrial - também para que os grupos capitalistas, “cujos lucros e dividendos pagos constituem o único fundamento tangível da cotação das ações”, tivessem total liberdade para investir e trocar (CHESNAIS, 2002, p. 39). Isto é, exigia-se a plena mobilidade dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) de maneira a assegurar e ampliar os espaços de abastecimento, produção e comercialização do capital (incluindo os setores antes reservados ao estado).

Foi nesse contexto da mundialização do capital, pelos seus influxos e sob pressões de toda sorte, exercidas pelos países centrais², sobretudo contra a classe trabalhadora³, que se assistiu, a partir do final da década de oitenta, ao processo de reinserção internacional subordinada das economias latino-americanas. No entanto, cabe observar que, assim como a vaga neoliberal, expressão ideológica e prática do capital superproduzido, não pode ser confundida com a mundialização do capital - tendência esta intrínseca à lógica da sociabilidade burguesa - isto é, tomar esse processo meramente como uma expressão ideológica e política ou reduzi-lo à especulação financeira, o padrão de reinserção dos países latino-americanos na mundialização não pode ser explicado, como fazem alguns autores, como se fosse simplesmente uma opção acrítica/passiva das elites locais ao chamado Consenso de Washington, uma vez que essa tese é insuficiente para explicar tanto os imperativos inexoráveis do capital (relação social) – que chega à sua maturidade exigindo políticas que ajudem a solapar as fronteiras nacionais, a fim de dar livre curso à sua acumulação e circulação – quanto as condições objetivas e particulares com as quais esses países vão inserir-se na mundialização do capital e, portanto, determinar o padrão dessa inserção.

A decifração dessas questões exige, sem dúvida, uma análise acerca do sentido e das características próprias da formação latino-americana e brasileira, em especial, que escapa aos propósitos do presente texto, mas vale assinalar, na esteira dos clássicos do

² Por exemplo, o Plano Brady (1989), que tinha como contrapartida para negociação da dívida externa e de seus juros as chamadas “reformas estruturais” dos países endividados, isto é, as reformas de cunho liberalizante; assim como as pressões no interior do GATT/OMC.

³ Ver a análise de Mészáros acerca da globalização em curso como expressão da *consumação da ascensão histórica* do capital, que, entre outras implicações, tende a suplantar as conquistas anteriores da classe trabalhadora e a deteriorar as suas condições de vida nos países avançados (MÉSZÁROS, 2002). Tese esta que se aproxima da tendência, sugerida por Ruy Mauro Marini, da generalização por todo o sistema da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000b).

pensar a realidade brasileira e latino-americana, como Caio Prado Jr., J. Chasin, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, ainda que por diferentes angulações teórico-metodológicas, alguns aspectos dessa questão. Trata-se de países que, tomados em sua generalidade – abstraídas as suas diferenças –, são, segundo Chasin, particularidades de objetivação hipertardia do capitalismo pela *via colonial*. Isto é, são formações sociais economicamente incompletas, incompletáveis, *et pour cause* subordinadas e politicamente autocráticas, que, precisamente por isso, têm dificuldades de olhar para si mesmas e desentranhar de suas realidades caminhos alternativos de ruptura com a disjuntiva estrutural entre entificação nacional e progresso social; daí que tenham sobrevivido sob os influxos e refluxos do capital metropolitano (CHASIN, 2000)⁴.

Num rápido volteio em sua história – ao menos na situação em que se encontravam, especialmente na segunda metade da década de oitenta, antes, portanto, da avalanche neoliberal –, observa-se que incidiam sobre esses países todas as crises externas latentes naquele momento: a crise estrutural do capital e a crise dos países pós-capitalistas⁵. Internamente exibiam altas taxas de inflação; privatização do estado – leia-se instrumentalização do poder político pelo capital privado –; superexploração da força de trabalho (pagamento da força de trabalho abaixo de seu real valor); em suma, manifestavam a incapacidade tanto do setor privado quanto do setor público de efetivar um processo de acumulação autossustentado e em conformidade com as necessidades do conjunto da nação.

É igualmente importante lembrar o momento imediatamente anterior, no qual quase todos os países, do México à Argentina, transitaram de ditaduras intermitentes – cujo saldo foi precisamente liquidar de vez com o que restava da capacidade de autoafirmação nacional, se é que um dia esta existiu – para a erroneamente chamada democracia sem resolver os seus problemas de fundo: a superexploração da força de trabalho, na qual sempre se assentou o capitalismo da região (MARINI, 2000a) e a incapacidade de suas frações burguesas de empreender um processo de desenvolvimento que integrasse o conjunto das categorias sociais. Isto é, mantiveram os pilares da autocracia burguesa (FERNANDES, 1986) e, portanto, as mesmas

⁴ A *via colonial* de desenvolvimento capitalista (que distingue o Brasil dos países clássicos e dos países de *via prussiana*), assim como o padrão de inserção internacional do Brasil são analisados em JUVENCIO SOBRINHO, 2012.

⁵ A respeito, ver CHASIN, 1987; MÉSZÁROS, 2002.

contradições que desembocaram nas ditaduras. Foi, assim, sob essas condições e contradições internas e sob aqueles influxos externos que os países da região foram forçados, ao final dos anos oitenta, a se inserirem na mundialização do capital ou foram, por esta, simplesmente engolfados, como é o caso de suas economias mais frágeis. Mas, abstraídas as diferenças e as condições mais ou menos desfavoráveis de cada um, todos os países da região compuseram o quadro de inserção internacional subordinada.

A inserção do Brasil na mundialização, a partir de 1990, longe de inflectir uma suposta trajetória bem-sucedida de industrialização, ocorreu sem ruptura com os seus traços constitutivos e encerrou o longo percurso de formação do capitalismo brasileiro, iniciado em 1930 (CHASIN, 2000). Todo esse período (1930-1990) não foi, de modo algum, monolítico, mas marcado por continuidades e descontinuidades, reais e ideais, assim como por inflexões nestes mesmos planos, elementos esses que invalidam noções como “era varguista”, “período desenvolvimentista” e “modelo de substituição de importações”⁶. Esse desenvolvimento capitalista foi constituído por uma burguesia que não pôde e nunca pretendeu ser revolucionária, que abriu mão de suas tarefas de classe - a completude/autonomia do seu capital e a formação de um estado democrático. Conformando-se com sua subalternidade externa, a burguesia brasileira transferiu para o estado as tarefas de implantação do capitalismo industrial (que as realizou, às vezes, contra os interesses imediatos dessa mesma classe, embora em acordo com seus interesses históricos) enquanto rechaçou – e continua rechaçando - qualquer ameaça real ou potencial de participação das categorias do trabalho⁷.

Vale assinalar que, em 1989, com a vitória de Collor nas eleições presidenciais - única opção da burguesia brasileira amedrontada com as candidaturas de Leonel Brizola e Lula da Silva -, encerram-se simultaneamente dois processos no país.

Primeiro, a longa fase de transição *pelo alto*, que se concluiu sob a égide dos agentes determinantes do capital atrofico/subordinado que haviam perpetrado o golpe de 1964 e desencadeado esta transição em 1974, precisamente para impedir a sua inflexão, tal que a ascensão de Collor, brandindo uma retórica neoliberal, significou a vitória do espírito de 64 (vitória da internacionalização subordinada).

⁶ Por exemplo, a inflexão no padrão de acumulação do capital, a partir do governo Juscelino Kubitschek, a respeito, ver OLIVEIRA, 1977.

⁷ Evidentemente, não se pode perder de vista a formação e a trajetória teórica e prática das demais forças sociais do período 1930-1989, como a classe trabalhadora, a esquerda brasileira e os agrupamentos políticos, cuja análise escapa ao escopo do presente texto.

Quanto ao desfecho do segundo processo, é preciso lembrar que, em 1989, com o recrudescimento da crise econômica que eclodira com o fim do chamado milagre brasileiro, com a crise da dívida externa e, com efeito, com a crise do estado, a “porta” para uma nova fase de acumulação para as frações burguesas no Brasil só poderia ser aberta pelo capital estrangeiro. Ou seja, a burguesia brasileira, que sempre optou pela parceria na condição de vassala com o grande capital externo, apenas conseguiu descortinar uma saída nesse momento: o aprofundamento do processo de associação subordinante, que foi entrevisto com a mundialização do capital e, com isso, deixou para trás qualquer veleidade autonomista que eventualmente tivesse nutrido. Portanto, com a inserção do capitalismo brasileiro na mundialização, que, por sua vez, inviabiliza qualquer rota de desenvolvimento nacional autônomo, encerra-se, também, a longa via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro (1930-1989), na qual o país “pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a *incompletude de seu capital* e, por consequência, suas peculiares mazelas sociais e políticas” (CHASIN, 2000, p. 303). Assim, o que está se chamando, aqui, de encerramento do processo da *via colonial* de objetivação do capitalismo brasileiro (1930-1989), é precisamente a consolidação da incompletude e da subalternidade estruturais do capitalismo brasileiro. O desfecho deste, no bojo da mundialização do capital, implicou na obsolescência das alternativas e propostas que se colocaram *na* e *para* a realidade brasileira (1930-1989), entre elas, o intento, sempre problemático, de completar a formação capitalista.

Os descabros do curto mandato de Collor revelaram a natureza da aposta aventureira da burguesia brasileira e inviabilizaram, temporariamente, os intentos desta classe em aprofundar a associação subordinada ao capitalismo internacional. Esta foi conduzida por Cardoso, que sempre acreditou que a solução para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro passava, necessariamente, pela internacionalização da economia, e que, no auge da crise do governo Collor, já se propunha a ser o *condottiere* da burguesia brasileira em sua inserção na globalização do capital (FIORI, 1997, p. 17).

A globalização do capital, as necessidades e opções das frações burguesas, em 1994, foram, assim, ao encontro de convicções antigas de Cardoso, que, ao encetar a

reorganização interna do país, expressão do sucesso do Plano Real⁸ e plataforma de sua candidatura vitoriosa, articulou uma aliança política necessária ao exercício do poder. Em 1994, ainda que o quadro nacional e internacional fosse bastante diverso do de 1989, as várias frações da burguesia articularam-se em torno da candidatura de FHC, pois essa era a alternativa finalmente encontrada, depois do esgotamento do “milagre” em 1973, para resolver os ditames da acumulação capitalista no ciclo de expansão da economia mundial.

A partir daí, assistiu-se ao que já era previsível em 1989: a inserção internacional subordinada do país levou à modernização em determinadas áreas e setores, inserção essa necessária à sobrevivência do capitalismo brasileiro, todavia, não tendo operado qualquer tipo de reordenamento produtivo na perspectiva do trabalho, tratou-se de uma modernização sem ruptura, portanto, de um processo que aprofundou a subalternidade estrutural e suas correlatas formas de exploração sobre a sua força de trabalho (superexploração).

Na avaliação de alguns autores, como Laplane e Sarti, as reformas neoliberais dos anos noventa – vistas pelos seus adeptos⁹ como “panaceia na promoção do crescimento e do desenvolvimento” - contribuíram para um padrão de investimento da maioria das filiais estrangeiras (IEDs), que privilegiaram o mercado interno brasileiro e/ou regional, o setor de serviços e a aquisição de novos ativos, tanto públicos (privatização) quanto privados, e raros foram os setores nos quais os IEDs ampliaram significativamente a capacidade instalada¹⁰ e almejaram o mercado externo para o escoamento de sua produção¹¹. As reformas teriam induzido, entre as empresas industriais, uma prática defensiva, isto é, “de aversão aos riscos inerentes ao investimento em capacidade produtiva e em desenvolvimento tecnológico” (LAPLANE; SARTI, 2006, p. 314). Como resultado, segundo esses autores, o período

⁸ A abertura econômica começa em 1988, mas se acelera a partir do governo Itamar, com os acordos no âmbito do Mercosul e com uma série de medidas e alterações institucionais, por exemplo, transformações nas contas CC5 (contas exclusivas para não residentes), que facilitaram a remessa de recursos ao exterior, securitização da dívida externa e o Plano Real, que finalmente viabilizou o país “como plataforma da valorização financeira internacional” e abriu espaço para as privatizações e a elevação da taxa real de juros (PAULANI; PATO, 2005, pp. 56-59).

⁹ Autores como José Roberto Mendonça de Barros, Lídia Goldenstein, Gustavo Franco, Fábio Giambiagi, Maurício Mesquita Moreira, entre outros.

¹⁰ Nos ramos automotivo, aeronáutica, equipamentos elétricos e de telecomunicações e nos segmentos de siderurgia houve, por parte dos IEDs, ampliação significativa da capacidade instalada (CARNEIRO, 2007, p. 52).

¹¹ Exceto os setores produtivos de *commodities*.

de 1995-2002 foi marcado por baixos índices da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), do Produto Interno Bruto (PIB) e por uma reestruturação produtiva que aprofundou a especialização em bens menos intensivos em tecnologia - que tem sido denominada por vários autores como “especialização regressiva” (COUTINHO, 1997) – fatos esses que contribuíram para a redução do peso da indústria no PIB brasileiro e que obstaram a ampliação e a diversificação da participação do país no comércio mundial.

De fato, no bojo da ampla desregulamentação e liberalização do mercado brasileiro, em todos os seus âmbitos, as filiais estrangeiras atuaram, aqui, conforme as estratégias globais das grandes corporações, que já vinham aplicando mundo afora procedimentos para maximizar os seus lucros (a redução de custos com a circulação, a exemplo do *Just in time*, e a descentralização produtiva – terceirização, MARINI, 2000b) e definiam as linhas de produtos, a proporção e a origem do seu conteúdo importado, assim como os mercados prioritários para escoamento de sua produção. Com efeito, passaram a se integrar mais estreitamente às redes de produção e de fornecedores mundiais, importando destes os bens, insumos e componentes sofisticados que completavam ou que eram necessários à sua produção. Sob esse movimento, generalizaram a terceirização, abandonaram linhas de produtos que não mais correspondiam às estratégias globais de investimentos, concentraram-se na adaptação de produtos, na especialização de linhas e produtos menos complexos e adotaram novas técnicas de organização e gestão da produção e do trabalho (produção enxuta). O capital externo ampliou sua participação nos segmentos mais rentáveis da economia (*commodities*, serviços, comercialização) e assumiu o controle sobre o capital produtivo do país (IPEA, 2010, pp. 209-210), incluindo os de bens de capital¹². Exceto a indústria aeronáutica, que teve uma expansão bem acima da média observada no segmento de alta tecnologia, mas que não se constituiu como o principal eixo da indústria brasileira ou como uma área cujo dinamismo reverberasse sobre o conjunto da mesma, os setores remanescentes de bens de capital (que sofreram uma queda substantiva) reduziram linhas de produtos, passaram a se especializar em bens com menor conteúdo tecnológico e a introduzir novas técnicas de organização e gestão (PICCINI; PUGA, 2001; CAFÉ *et ali*, 2004). A especialização desse setor foi, em geral, acompanhada pelos demais setores produtivos tanto nacionais quanto estrangeiros, de forma que, a

¹² Com exceção do segmento máquinas-ferramenta.

ampla reestruturação produtiva dos anos noventa caracterizou-se pelo abandono de atividades mais intensivas em inovação, pela ampliação das importações, tanto de equipamentos quanto de partes e componentes - para abastecerem a produção local e a montagem de bens duráveis - e pela prioridade a setores intensivos em recursos básicos, cuja capacidade de gerar encadeamentos produtivos para o restante da indústria é menor. Tal processo garantiu ganhos de modernização e de competitividade setoriais, mas implicou, entre outros, a redução da importância da indústria, o enfraquecimento dos elos da cadeia produtiva, os níveis tecnológicos, o grau de complexidade e a integração da estrutura produtiva local, que se tornou mais dependente das importações¹³ de bens necessários à produção ou à montagem de bens de consumo (RESENDE; ANDERSON, 1999).

No entanto, esse novo perfil da economia brasileira, suas novas bases e articulações locais e internacionais, são expressão tanto do próprio processo de mundialização produtiva - nova orquestração das atividades produtivas e de comércio distribuídas globalmente - quanto resultado das condições objetivas com as quais o país se inseriu na mundialização do capital.

Como chamou a atenção Marini (2000b), a globalização do capital ocorre sob uma nova revolução tecnológica, e a superioridade e o monopólio dos países centrais, em termos de pesquisa e desenvolvimento, incide, como sempre, na divisão internacional do trabalho. De forma que as economias periféricas - que não reúnem condições para fazer frente ao acelerado desenvolvimento tecnológico de ponta -, estariam ameaçadas por um processo de desindustrialização e/ou voltariam à condição de produtoras e exportadoras de bens primários. Sem adentrar, aqui, nas particularidades do capitalismo asiático (China, Coreia do Sul, Taiwan), particularidades estas que, em geral, não são levadas em conta por autores¹⁴ que consideram que o Brasil deveria seguir pelos exemplos de casos “bem sucedidos” de inserção internacional – sem esclarecerem quais são as bases sociais reais do estado brasileiro e/ou quais seriam as forças sociais necessárias para inflectirem a inserção internacional do país, convém assinalar que o movimento de descentralização da produção, embora tenha facultado a transferência de tecnologias e mesmo de algumas atividades de inovação, ocorreu sob o

¹³ Cresceu, sobretudo, a dependência por produtos intermediários e bens de capital.

¹⁴ COUTINHO; HIRATUKA; SABBATINI, 2003 e ARBIX; COMIN; ZILBOVICIUS, ABRAMOVAY, 2002.

controle dos países centrais. Assim, enquanto a estrutura produtiva desses países incorporou cada vez mais os chamados serviços agregadores de valor e se especializou na elaboração de projetos e desenvolvimento de inovações tecnológicas, os demais países especializaram-se em atividades produtoras dos chamados bens tangíveis, uns com maior participação na produção de bens intensivos em tecnologia – como foi o caso da economia chinesa, cujas exportações são majoritariamente de maquinaria e de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações, destinadas tanto aos países centrais quanto, cada vez mais, à região latino-americana –, outros com maior participação na produção de bens intensivos em recursos naturais e com baixa e média intensidade tecnológica, como ocorreu, por exemplo, com a América Latina, que por sua vez atende às necessidades crescentes de insumos e mercados tanto dos países centrais quanto de outras economias em expansão. De forma que, a nova divisão internacional do trabalho expressa a especialização produtiva de cada país e/ou região, de acordo com as condições objetivas destes, e, assim, rearticula e perfaz o movimento desigual e combinado da mundialização do capital.

Foi esse movimento de mundialização produtiva que “reespecializou” a estrutura produtiva do Brasil – aumentando o peso que já existia, importante ressaltar, da produção de *commodities* agrícolas e industriais e de bens menos intensivos em tecnologia – e a rearticulou com as cadeias de valores globais (CHESNAIS, 1996). Portanto, os novos fluxos de IEDs e de capital financeiro afluíram para cá já comprometidos, evidentemente, com os interesses do capital subordinante, que miraram a alta rentabilidade do mercado interno brasileiro e foram infensos (como sempre) à criação de um núcleo endógeno de geração de tecnologia para o capitalismo brasileiro. Este foi compelido a se integrar à mundialização do capital, porém, em virtude de sua incompletude, atrofia e subordinação, continua incapacitado de fazer frente à corrida tecnológica. Como consequência, só pode produzir num padrão inferior a seus congêneres avançados e se especializar naquilo em que suas forças e potência lhe permitem e as relações de subordinação externas exigem: em *commodities* naturais e industriais (exportáveis) e em alguns segmentos específicos de maior conteúdo tecnológico (restritos, face ao conjunto). Em todos os casos, são bens não voltados para as necessidades de consumo da maioria da população e/ou não reduzem o valor da força de trabalho, de forma que foi aprofundada uma estrutura produtiva assentada na

superexploração da força de trabalho – que requer o mercado externo para a realização do valor produzido (exportações) e para obtenção dos bens necessários para viabilizar a produção interna (importação). Conforme Martins, embora as inovações organizacionais, como o *Just in time* e a terceirização, tenham elevado a intensidade do trabalho, elas não foram suficientes para acompanhar a sucção de valor feita pelo setor financeiro, de modo que se impôs, sobretudo a partir da crise no balanço de pagamentos do país e das políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao final da década de noventa¹⁵, a superexploração da força de trabalho, especialmente por meio do rebaixamento salarial (MARTINS, 2011, pp. 304-05), viabilizada pelo aumento do excedente de mão de obra decorrente da reestruturação produtiva.

Nesse sentido, a reespecialização da indústria brasileira não foi simplesmente induzida pelas políticas ortodoxas dos governos da década de noventa, como sugerem alguns autores, mas, antes, exigida por aquele movimento irreversível e inescapável da mundialização do capital, que não encontrou, aqui, nenhuma resistência, dadas as condições ditadas pela natureza incompleta e subordinada do capitalismo brasileiro. De modo que esse padrão de inserção internacional do país foi condizente com o parasitismo/imediatismo que sempre caracterizou a burguesia brasileira, que há muito optou pela associação subordinada com o capital externo e que, a partir dos anos noventa apoiou, a despeito de suas clivagens internas, as chamadas políticas ortodoxas que favoreceram o tão esperado capital externo. Daí porque, a nosso ver, o caráter da inserção internacional subordinada do país não se expressa pelas baixas taxas de crescimento, reais, dos anos noventa e/ou pela “especialização regressiva” ante o período anterior do país (1930-1990), mas pelo prevaecimento, em outro patamar, da subalternidade estrutural deste, que segue sustentada pela superexploração da força de trabalho – pagamento da força de trabalho abaixo de seu real valor - enquanto mecanismo de compensação da transferência, cada vez maior, de valores do país para o exterior e de esteio ao capital local para enfrentar a concorrência internacional (OSORIO, 2012, pp.104-105).

¹⁵ Entre outras, regime de metas de inflação; política fiscal mais rígida (a lei de responsabilidade fiscal) para obtenção de superávit primários e taxas de juros ainda mais elevadas. Vale observar que a Desvinculação de Receitas da União (DRU), criada em 2000, que desvincula 20% do montante total das receitas arrecadadas das despesas determinadas pela constituição (como educação, saúde e previdência social), sobretudo para garantir os interesses dos credores financeiros, é apenas outro nome do antigo Fundo Social de Emergência (FSE), criado em 1994, e do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), aprovado em 1996.

Na avaliação de Oliveira, o novo engate da economia brasileira na mundialização, levado a cabo pelo governo Cardoso e não infletido pelos governos seguintes, conduziu ao aprofundamento da penetração do capital estrangeiro nos principais eixos da acumulação interna e ao processo de extroversão dos centros de decisão do país, processo este que remonta especialmente à ditadura militar, atravessa a crise da dívida dos anos oitenta e se aprofunda a partir dos anos noventa num movimento, portanto, que deslocou “o campo de forças no interior da própria burguesia” e transformou o estado em “uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras” (OLIVEIRA, 2006, p. 278). De sorte que a chamada fase neoliberal teria jogado “a pá de cal na determinação interna da política, para extrovertê-la definitivamente. /.../ Numa palavra, /.../ a financeirização da economia predetermina a acumulação possível e o lugar do estado na economia” (OLIVEIRA, 2006, p. 286). Afora considerações que, a nosso ver, requerem a concepção de Oliveira acerca da determinação da política e mesmo sobre a globalização que é tomada, sobretudo, como “sistema financeiro” (OLIVEIRA, 2004), vale assinalar que este autor reconhece a ruptura do tradicional tripé - empresas estatais/nacionais/multinacionais - que sustentara o capitalismo brasileiro (1930-1990). Também procura decifrar as implicações que esta ruptura acarreta, ao concluir que o novo engate internacional estiola de vez a capacidade interna do país em conduzir o desenvolvimento, já que os centros decisórios foram totalmente extrovertidos, o que significa, para Oliveira, que fica “mais complicada a equação da dependência e de sua resolução” (OLIVEIRA, 2004).

Para nós, entretanto, a questão da “equação” e da “resolução” da “dependência” é um ponto que pertence, há muito, ao passado, dado o caráter incompletável/subordinado do capitalismo brasileiro, que consolida-se, sob essa forma, com a sua inserção na mundialização do capital, que, por sua vez, inviabiliza definitivamente uma equação nacional autônoma. A ruptura do tripé não implicou a supressão completa das frações burguesas locais, tampouco a eliminação do estado, mas foram, sim, alteradas as bases que sustentaram a formação e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (1930-1990), removendo e reconfigurando dois dos três pilares anteriores (empresas estatais/nacionais) em cujo rastro se consolidou a hegemonia do

capital internacional¹⁶. Vale observar que a extroversão definitiva dos centros decisórios do país expressa a consolidação da subordinação de um capital que jamais se completou, portanto, jamais internacionalizou completamente os centros decisórios de sua acumulação e reprodução (MARINI, 1979, pp. 37-55). Logo, o estado brasileiro está subordinado aos fluxos e aos interesses do capital monopólico internacional – independentemente da forma hegemônica pela qual este se manifeste (industrial/financeira) - ao qual permanecem estruturalmente atadas e subordinadas as frações remanescentes da chamada “burguesia nacional”.

Os fluxos de IEDs, capitais financeiros e/ou voláteis (mormente em títulos da dívida pública e em ações nas bolsas de valores - cujas altas taxas de juros atraíram, também, os grupos industriais) ajudaram a financiar a conta negativa das transações correntes do país, porém, produziram novos gastos futuros (pagamento do serviço do passivo externo) e, portanto, aumentaram a dependência dos fluxos de capitais externos para o fechamento das contas do país (CARCANHOLO, 2010, pp. 111- 119). Este mecanismo de financiamento externo acabou se estrangulando com a eclosão das crises externas (asiática, em 1997, e russa, em 1998), que levou o país a fechar acordo com o FMI, ao final de 1998, e a desvalorizar o real, em princípio de 1999. Todavia, a desvalorização do real e a retomada do tradicional “esforço” exportador ocorreram já num contexto de retração da economia mundial, portanto, não resultaram numa ampliação significativa das exportações. Somente no período subsequente, marcado pelo *boom* das *commodities*, assim como por novos fluxos de investimentos externos, que as exportações brasileiras voltam a crescer. Contudo, sem adentrar, aqui, nas especificidades e vicissitudes desse período (2003-2015), vale assinalar que este, contrariando as expectativas de uma fase pós-neoliberal (SADER, 2013), não apenas manteve os pilares da política econômica anterior como aprofundou a liberalização da economia¹⁷ (PAULANI; PATO, 2005). Ou seja, o estado brasileiro manteve os pilares

¹⁶ Assistiu-se a um movimento de concentração e centralização do capital ainda maior, sob a hegemonia do capital internacional: o estado reduziu drasticamente as suas atividades produtivas; uma parcela do capital nacional foi transferida para o capital internacional, outra empreendeu, com este, nova fase de associação subordinada, enquanto outras parcelas se limitaram a empreender negócios em áreas direta ou indiretamente vinculadas à importação.

¹⁷ Por exemplo, a reforma da previdência (setor público); a unificação dos mercados de câmbio (4/3/2005), que, entre outros, elimina a obrigatoriedade de retorno dos recursos associados à venda no exterior; a extinção das contas de não-residentes (CC5), em 2005; incentivos fiscais aos investidores estrangeiros de portfólio (15/2/2006); a flexibilização da cobertura cambial para as exportações (MP

da hegemonia do capital financeiro (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007) e reforçou, por meio de uma política de subvenção, que, em essência, não difere da perpetrada historicamente pelo estado brasileiro, a posição dos grupos monopólicos vinculados à produção de *commodities* exportáveis, assim como daqueles vinculados aos bens de consumo duráveis. As políticas sociais do período 2003-2015, a despeito de sua abrangência e importância para as vastas camadas excluídas da população, foram essencialmente distributivistas, não fizeram frente, portanto, aos pilares e mecanismos da superexploração da força de trabalho.

Em suma, a via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro chegou a seu pleno acabamento, com a inserção subordinada do país na mundialização do capital, demandando ajustes e reciclagem - a ampla reestruturação em todo o seu aparato produtivo, comercial e financeiro - para sua própria sobrevivência e continuidade de sua inserção internacional, de acordo com os novos parâmetros de produção e circulação de mercadorias da mundialização do capital. A “modernização” e a robustez alcançadas expressaram o aprofundamento da incompletude e subalternidade estruturais do capitalismo brasileiro e a manutenção dos seus pilares nevrálgicos - os dispositivos autocráticos do estado e a superexploração da força de trabalho, que ainda não se defrontaram com forças sociais capazes de superá-los. O reconhecimento do caráter irrevogável da mundialização do capital e da posição subalterna que o capitalismo brasileiro ocupa na estrutura global do capital é, a nosso ver, o parâmetro para se descortinar os desafios e as possibilidades reais na perspectiva do trabalho.

Bibliografia

ARBIX, Glauco; COMIN, Alvaro; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (orgs.). *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. Introdução. São Paulo: Unesp, 2002.

CAFÉ, Sonia Lebre e outros. Notas preliminares sobre o desempenho competitivo da indústria de bens de capital brasileira no período recente, *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro, n. 20, 2004.

315/2006) e, finalmente, a eliminação de 100% da cobertura cambial (Resolução nº 3.548, 12/03/2008) para as exportações, que permite que a totalidade das receitas obtidas pelo exportador possa ser mantida no exterior.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* *Os anos Lula; contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização produtiva e estratégias empresariais. *Texto para Discussão*, nº 132, IE/UNICAMP. Campinas, ago. 2007.

CHASIN, José. Marx - da Razão do Mundo ao Mundo Sem Razão, *Marx hoje, Cadernos Ensaio 1*. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. *A miséria brasileira, 1964-1994. Do golpe militar à crise social*. Santo André. Estudos e edições Ad Hominem, 2000.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002, p. 39.

COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: REIS VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

_____; HIRATUKA, Celio; SABBATINI, Rodrigo. Desafio da construção de uma inserção externa dinamizadora. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

IPEA. *Inserção Internacional brasileira: temas de economia internacional*, IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2010, livro 3, vol. 2.

JUVENCIO SOBRINHO, Maria Goreti. *A política externa do governo FHC e a reinserção da economia brasileira na mundialização do capital (1995-2002)*. Tese de doutorado. PUC/SP, 2012.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo:Unesp, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: *Mercado y dependencia*, Úrsula Oswald (Coord.), México: Nueva Imagen, 1979, pp. 37-55. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/058_ciclo_capital_dependiente.html>.

_____. Dialética da dependência. In: SADER, Emir. (org.) *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. Processo e tendências da globalização capitalista (1996). In: SADER, Emir. (org.) *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. Há veias abertas para a América Latina? In: BORON, Atílio A. (org.) *Nova hegemonia mundial? Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires, Consejo latino-americano de ciências sociais, 2004.

_____. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. CLACSO, Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, J, LUCE, M. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAULANI, Leda M.; PATO, Christy Ganzert. Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: ANTONIO DE PAULA, João (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

PICCINI, Maurício Serrão; PUGA, Fernando Pimentel. Balança comercial brasileira: desempenho no período 1997/2000. *Textos para Discussão 90*, BNDES, Rio de Janeiro, 2001.

RESENDE, Marco Flávio C; ANDERSON, Patrícia. Mudanças Estruturais na Indústria Brasileira de Bens de Capital. *Texto para discussão*, nº 658. Brasília, Ipea, 1999.

SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: a construção da hegemonia pós-neoliberal. In: Id. (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.